

POLÍTICA ECONÔMICA

Plano deverá manter política de juros altos

Decisão de manter as taxas elevadas é para evitar uma explosão de consumo, mas técnicos da equipe econômica negam que o plano que está sendo preparado seja recessivo

BEATRIZ ABREU

BRASÍLIA — O programa de estabilização do ministro Fernando Henrique Cardoso exigirá a manutenção de juros altos nos primeiros meses, para impedir uma explosão do consumo. Mas não é recessivo e garantirá crescimento sustentado da economia de 4% do Produto Interno Bruto no ano que vem e não de apenas 2% do PIB, como se previa inicialmente. O crescimento econômico em 1994 será sustentado, segundo técnicos, porque um dos efeitos do plano é o estímulo ao consumo.

"A moeda será valorizada", disse um técnico. "E as pessoas naturalmente vão querer consumir." A estratégia, então, é manter os juros elevados nos primeiros meses para evitar uma especulação com estoques, o que seria um fator de aumento da inflação. Ou seja, o governo manterá as taxas elevadas para impedir que um estouro do consumo coloque em risco o processo de queda gradual da inflação. Vencida a primeira fase, os juros cairão gradativamente.

A equipe econômica está tão convencida dessa trajetória que até mesmo reviu a previsão de despesas com juros este ano. O Orçamento Geral da União fixará os encargos da dívida interna em cerca de 3% do PIB,

algo em torno de US\$ 13 bilhões. A estimativa inicial era gastar US\$ 20 bilhões, incluindo as despesas com os juros de empréstimos externos. A política defendida pelos técnicos é pagar os juros que vão vencer ao longo do ano com os chamados "recursos fiscais", como o que será arrecadado com o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), e rolar o principal da dívida.

A idéia é criar um superávit primário do tamanho da conta de juros (3% do PIB) e com esse dinheiro zerar o chamado déficit operacional (que considera as despesas com os encargos da dívida, além das receitas e despesas primárias). As novas projeções das despesas da União no ano que vem serão anunciadas amanhã por Cardoso. O governo deverá cortar as despesas com pessoal, restringindo a folha de pa-

gamento a não mais que US\$ 21 bilhões, "cortar no osso" os chamados gastos de custeio (manutenção da máquina administrativa) e a própria conta de juros.

O equilíbrio do Orçamento será confirmado com a criação de um Fundo que financiará as despesas com saúde. Os técnicos propõem um corte por igual em todas as receitas da União — incluindo repasse a Estados e municípios, educação e transportes — para financiar os gas-

Paulo Lacerda/AE



Cardoso: com capital político

tos na área de saúde. "As despesas com saúde estão descentralizadas e não faz sentido a União pagar a conta sozinha", disse um técnico.

Dívida externa — Cardoso comunicou ontem oficialmente ao Conselho Monetário Nacional (CMN) que no dia 15 de abril o governo estará assinando os acordos definitivos de reestruturação da dívida externa. O ministro comunicou ainda que no dia 29 estará em Toronto, no Canadá, para a cerimônia de assinatura dos acordos de renegociação da dívida brasileira com os bancos credores privados internacionais. O presidente do BC, Pedro Malan, e o negociador André Lara Resende acompanharão o ministro.

**EQUIPE
GARANTE QUE
CRESCIMENTO
SERÁ
SUSTENTADO,
SEM ALTA DE
PREÇOS**